



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0001014-93.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL - SSI

ASSUNTO: Repactuação - Contrato n. 10/2019 Prestação de Serviços de vigilância armada e ostensiva.  
Empresa: RG Segurança e Vigilância Ltda.

### **DESPACHO Nº 561 / 2023 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa RG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, nos termos registrados no Contrato Administrativo n. 10/2019 (0486187), com vigência para o período de 24/06/2022 até 23/12/2024, consoante o Termo Aditivo n. 1 ao referido contrato (0824578), portanto em plena vigência.

Por meio da Informação n. 33 (1006203), a Seção de Segurança Institucional - unidade gestora do contrato - comunicou o pedido de repactuação feito pela empresa contratada, com fundamento na nova Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, CCT 2023/2024 (1004086), por meio da qual se demonstra a elevação dos salários, do auxílio alimentação, da assistência médica, do custo mensal com a cesta básica e elevação no custo com SESMT, além de alteração dos valores das demais rubricas devido à aplicação de percentuais relativos a encargos sociais, carga tributária sobre o salário base ou sobre a soma deste com insumos, despesas administrativas e lucro.

A contratada encaminhou, ademais, as Planilhas de Custos e Formação de Preços atualizadas dos postos de vigilância 12X36h diurno e 12X36h noturno (1006188), contendo os necessários ajustes apontados pela SSI (1004890). Para suporte do valor da repactuação para o exercício de 2023 não haverá necessidade de reforço na Nota de Empenho 2023NE000148, segundo consta na Informação 33/2023/PRES/SSI (1006203).

A SECONT elaborou a minuta do Termo Aditivo n. 2 (1010298) ao referido contrato e encaminhou à Assessoria Jurídica da SAOFC, a qual, após análise, aprovou os seus termos, para cumprimento do disposto no art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93. Ademais, opinou pelo deferimento da repactuação pretendida; pela atualização dos valores do Contrato, nos termos do quadro demonstrativo apresentado pelo gestor em sua Informação e planilhas de cálculos das repactuações; pelo pagamento da diferença entre os valores já pagos à contratada e aqueles objeto desta repactuação, na forma prevista no contrato, nos termos do parágrafo único do artigo 58 da IN/MPDG n. 05/2017; e pela necessária atualização da garantia contratual, consoante o Parecer Jurídico n. 104/2023 - AJSAOFC (1010553).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pelo deferimento da repactuação de 4,96% (quatro inteiros e noventa e seis centésimos por cento) sobre o valor mensal dos postos de vigilância do Contrato TRE-RO n. 10/2019 (já inclusos os respectivos encargos legais), a contar de 1º/03/2023; pela atualização do valor do Contrato, fixando seu novo valor em R\$ 1.958.022,60 (um milhão, novecentos e cinquenta e oito mil vinte e dois reais e sessenta centavos); e pela complementação da garantia contratual, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do termo aditivo, em uma das modalidades previstas no [§ 1º do art. 56 da Lei n. 8.666/93](#) (1011907).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral para apreciação.

Inicialmente, verifica-se que o pedido de repactuação é decorrente da majoração dos salários da categoria e dos seus direitos trabalhistas, advindos da publicação da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria - CCT 2023/2024 (1004086) celebrada entre o sindicato dos vigilantes do Estado de Rondônia (sindicato classista) e o sindicato das empresas prestadoras de serviços de vigilância (sindicato patronal), com vigência prevista para o período de 1º/03/2023 a 28/02/2024.

Emerge dos autos que, no momento da formalização do pedido, também juntou a contratada as Planilhas de Custo e Formação de Preços atualizadas dos postos de vigilância 12X36h diurno e 12X36h noturno (1004080), bem como a Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2024 (1004086). Após análise pela SSI, houve reparos nos cálculos e valores apresentados, o que gerou a Planilhas de Custo e Formação de Preços do evento n. 1006188, a qual foi apresentada à contratada que concordou com os valores propostos, conforme e-mail do evento n. 1004890.

Verifica-se também que, embora a convenção coletiva de trabalho, que se constitui fato gerador da repactuação, tenha sido celebrada em 15/03/2023, seus efeitos retroagem à data-base da categoria, que é 1º de março, sendo, portanto, 1º/03/2023 a data de início de vigência deste novo ajuste, nos termos do inciso III do art. 58 da IN MPOG/SLTI n. 005/17, que também atende ao princípio da anualidade, consagrado do art. 56, c/c o art. 58, inciso III, da mencionada Instrução Normativa.

Encontram-se, portanto, atendidos os requisitos para esta repactuação, nos termos do Contrato e da citada Instrução Normativa, como igualmente concluído pela Assessoria Jurídica.

Ante o exposto, diante do preenchimento dos requisitos legais e contratuais para a repactuação do ajuste:

1 - AUTORIZO O REGISTRO da repactuação de 4,96% (quatro inteiros e noventa e seis centésimos por cento) sobre o valor mensal dos postos de vigilância do Contrato TRE-RO n. 10/2019 (já inclusos os respectivos encargos legais), nos exatos termos demonstrados na informação da unidade gestora (1006203) e nas planilhas de composição de custos finais (1006188), em face da homologação Convenção Coletiva de Trabalho - CCT SINTESV/RO – SINDESP/RO 2023/2024 (1004086), com fundamento no art. 12 do Decreto Federal n. 9.507/18, no Acórdão TCU n. 1.563/2004 - Plenário, no art. 54 da IN SLTI/MPOG n. 005/17 e na Cláusula DÉCIMA OITAVA do referido contrato (0812075), retroativa a 1º/3/2023, e o PAGAMENTO DA DIFERENÇA entre os valores já pagos à contratada e aqueles objeto desta repactuação, na forma prevista no contrato, nos termos do parágrafo único do artigo 58, da IN MPOG/SLTI n. 005/17;

2 - DETERMINO a consequente atualização do valor do Contrato n. 10/2019 no percentual de 3,81% (três inteiros e oitenta e um centésimos por cento), fixando seu novo valor em R\$ 1.958.022,60 (um milhão, novecentos e cinquenta e oito mil vinte e dois reais e sessenta centavos), nos termos da Informação n. 33/2023 - SSI (1006203);

3 - DETERMINO a notificação da Contratada para, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura deste instrumento, complementação da GARANTIA, no valor de R\$ 3.593,34 (três mil quinhentos e noventa e três reais e trinta e quatro centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor TOTAL deste instrumento, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93, a qual deverá ter prazo de validade de 3 (três) meses após o término da nova vigência contratual, nos moldes estabelecidos no contrato originário.

4 - DETERMINO a verificação prévia à assinatura do termo aditivo, das condições de habilitação da contratada, conforme exigência do inciso XIII do art. 55 da Lei n. 8.666/93.

À SAOFC para prosseguimento.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 22/05/2023, às 12:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1012070** e o código CRC **06C9A208**.